

DE PALMARES AO QUILOMBO DO OITIZEIRO: UMA VIAGEM PELA HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Monica Duarte Dantas*

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

“A troca de alimentos e aguardente, fornecidos pelos próprios [taberneiros] que iam abastecer-se de lenha, prestavam-se os escravos aquilombados a cortá-la a fim de carregar os barcos, cujos donos, aproveitando-se de comércio tão lucrativo, os preveniam de qualquer movimento de força, de modo que as diligências policiais eram sempre sem resultado”.¹

Este trecho de uma correspondência de 1878, de autoria do Presidente da Província do Rio de Janeiro, demonstra com clareza a dificuldade de destruição dos quilombos da região de Iguaçu. Por mais que a venda de lenha de mangue tenha sido uma questão localizada, a preocupação expressa quanto ao esquema de ajuda dos quilombolas e taberneiros ilustra uma realidade bem mais ampla, que até 1888 podia ser encontrada do Maranhão ao Rio Grande do Sul, da Bahia ao Mato Grosso. É desta realidade, das ligações entre quilombolas, comerciantes, fazendeiros, libertos e escravos no cativeiro, bem como das implicações da formação de quilombos para as autoridades e elites co-

* Doutoranda em História Social, FFLCH-USP.

1 “Despacho da Presidência da Província do Rio de Janeiro”, 8 de janeiro 1878, Arquivo Nacional, II 1 maço 493, officios de presidentes de província (RJ), apud Flávio dos Santos Gomes, “Quilombos no Rio de Janeiro no século XIX”, in Reis, J. J. e Gomes, Flávio dos S. (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 274.

loniais e imperiais, que trata o livro *Liberdade por um fio*, organizado por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes.

O livro contém dezessete ensaios — dezoito se, merecidamente, contarmos a introdução — cobrindo os mais diversos aspectos relacionados à formação dos quilombos, o modo de vida dos quilombolas, sua relação com a sociedade, a preocupação com a repressão (tanto física quanto ideológica), entre outros aspectos. Várias regiões da América portuguesa e do Império brasileiro estão representadas, com especial ênfase às Minas Gerais e, obviamente, a Palmares. É uma pena, como colocam os próprios organizadores, que uma região tão importante quanto São Paulo tenha ficado de fora, especialmente se lembrarmos dos estudos de Maria Helena Pereira Toledo Machado e Wilson Toledo Munhós.²

A maioria dos ensaios, trabalhando com uma vasta gama de documentos, desconstrói, regionalmente, o imaginário de quilombo como uma grande comunidade distante e autônoma que presentificaria a sociedade africana perdida. João José Reis e Stuart Schwartz, para a Bahia; Donald Ramos e Carlos Magno Guimarães, para Minas Gerais; Luiza R. R. Volpato, para o Mato Grosso; Mary Karasch, para Goiás; Flávio dos Santos Gomes, para o Rio de Janeiro; Mário Maestri, para o Rio Grande do Sul; Marcus J. M. de Carvalho, para Pernambuco; Matthias Röhrig Assunção, para o Maranhão; e, finalmente, Eurípedes Funes para o baixo Amazonas (Pará) demonstram como é possível trabalhar com as fontes oficiais, escritas normalmente por ocasião da repressão ao quilombo, lendo-as criticamente e, assim, descortinando as especificidades da vida dos quilombolas e sua interação com o restante da sociedade.

O leitor, ao longo da obra, vai descobrindo que as próprias autoridades dos séculos anteriores pensavam o quilombo não só como um grande ajuntamento de escravos fugidos, mas também como dois (no caso do Maranhão) ou mais escravos embrenhados pelas matas. A hipótese da nova África vai se tornando, a cada página que passa, uma imagem distante. Ao contrário, o que se vê são quilombolas construindo uma identidade e uma prática na confluência das tradições africanas e da nova realidade americana. Apesar de um pouco irregular, a obra como um todo mostra como ao historiador é dado (e é possível) perceber a complexidade das tramas sociais e das experiências individuais que ultrapassam as amarras sociais e políticas e se furtam a explicações fechadas.

2 Ver Machado, M. H. P. T. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro e São Paulo, EDUFRJ e Edusp, 1994; Munhós, W. T. *Da circulação trágica ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC-SP, 1992.

João José Reis leva ainda mais longe a impossibilidade de se construir uma idéia estanque de quilombo. No sul da Bahia, em inícios do século XIX, o historiador descobriu o Oitizeiro, uma comunidade de plantadores de mandioca em que homens livres e seus escravos davam proteção e se utilizavam da mão-de-obra de escravos fugidos.³ A situação é tão *sui generis* que escapa a qualquer idéia preconcebida do assunto. O leitor se depara com escravos que diminuía sua faina diária aproveitando a ajuda de cativos fugitivos, que em troca recebiam refúgio, proteção, comida e talvez remuneração pelo trabalho. Desconfia Reis que esses quilombolas não estavam escapando à condição de cativos, mas sim buscando um novo senhor que os comprasse e os deixasse trabalhar nas mesmas condições daqueles que, no Oitizeiro, lhes davam guarida.

Stuart Schwartz, também escrevendo sobre a Bahia, mas desta vez sobre Salvador em 1814, parte da denúncia de uma possível revolta, dedicando-se a negar a impossibilidade de cooperação e trabalho conjunto entre escravos revoltosos e escravos aquilombados.⁴ O que o autor afirma é que um tipo de ação não excluía necessariamente o outro, mostrando inclusive que o medo das elites de uma união entre escravos urbanos, rurais, aquilombados e libertos não era mera fantasia. É interessante que esta aparente oposição (quilombo/ revolta) é utilizada por Donald Ramos para explicar a ausência de revoltas nas Minas Gerais.⁵ A planejada, mas abortada, revolta de 1814, além deste primeiro foco de interesse, mostra-se ainda mais rica devido a seu esquema de organização, cuja liderança era feita pelos chefes dos diversos cantos de trabalho, extrapolando as diferenças étnicas.

No Maranhão, como podemos ver no ensaio de Matthias Röhrig Assunção, além da interação dos inúmeros quilombos com os escravos das senzalas, membros da elite interessados no produto do seu trabalho e parte da população livre e liberta, houve também aliança dos quilombolas com líderes Balaios.⁶ Ou seja, dependendo da situação

3 Ver Reis, J. J. "Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro", in Reis e Gomes (orgs.), *op. cit.*, pp. 332-372. Ver Ramos, D. "O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII", in *idem*, p. 167.

4 É preciso ressaltar que o documento "Levantamento dos negros projetado na Bahia em 1814" encontra-se inteiramente transcrito ao final das 17 páginas do ensaio, enriquecendo a própria interpretação do autor, como ocorrera também no tratado dos escravos do Engenho Santana. Ver Schwartz, S. B. "Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás — Bahia, 1814", in *idem*, pp. 373-407.

5 Ver Ramos, D. "O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII", in *idem*, p. 167.

6 Ver Assunção, M. R. "Quilombos maranhenses", in *idem*, pp. 433-66.
Ver Mott, L., pp. 110-38.

da população livre pobre, neste caso pressionada pela falta de víveres e pela ameaça do recrutamento, até mesmo esta união tornava-se possível, demandando do futuro Duque de Caxias uma repressão que acirrasse o ódio dos cativos pelos livres.

Mesmo o ensaio de Carlos Magno Guimarães, apesar de se nortear por categorizações bastante esquemáticas, mostra-se interessante justamente ao desvelar para o leitor as vivências de quilombolas profundamente inseridos na sociedade mineradora.⁷ O que se percebe é a existência de um sem-número de pequenos quilombos, intimamente relacionados com os libertos e escravos das vilas e minas, que atacavam viajantes, fazendas e tropeiros e comerciavam ilegalmente com taberneiros e outro interessados. Guimarães demonstra, inclusive, que a constante criação e reiteração de normas repressivas é a imagem perfeita do desespero e da ineficácia das autoridades frente à disseminação dos quilombos.

Flávio dos Santos Gomes, tratando da Província do Rio de Janeiro no século XIX, percebe que a interação dos quilombolas com a sociedade era tão intensa que chegava até mesmo a modificar a vida dos ainda cativos.⁸ Para entender melhor essa rede de relações formadas pelos quilombos, ultrapassando a condição jurídica dos indivíduos, sua cor e posição social, Gomes cria o conceito de “campo negro”, buscando viabilizar uma maior compreensão da história social da escravidão.

É interessante que os autores inicialmente citados, além de desnudarem a riqueza das relações entre os quilombolas, os cativos e contingentes da população livre, mostram também outras semelhanças na formação das comunidades quilombolas. Tanto no Maranhão, o Rio Grande do Sul e em Pernambuco, tratados respectivamente por Assunção, Mário Maestri e Marcus Joaquim M. de Carvalho,⁹ o auge da formação dos quilombos dava-se nos períodos de dissensão entre a elite branca. Assim, os momentos de eclosão da Balaiada, da Farroupilha e dos movimentos que se iniciaram com Revolta de 1817 e terminaram com a Confederação do Equador são especialmente importantes para a resistência escrava, já que apresentam uma elite com menor poder de repressão, ocupada demais com suas disputas internas.

7 Ver Guimarães, C. M. “Mineração, quilombos e Palmares — Minas Gerais no século XVIII”, in *idem*, pp. 139-163.

8 Ver Gomes, F. dos S., *op. cit.*, pp. 263-90.

9 Ver Maestri, M. “Pampa negro — Quilombos no Rio Grande do Sul”, in *idem*, pp. 291-331; e M. de Carvalho, M. J. “O quilombo do Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco”, in *idem*, pp. 407-32.

Um aspecto que não deixa de ser interessante é o efeito da Guerra do Paraguai nas diferentes regiões e seus quilombos. Na metade do livro, descobrimos com Luiza R. R. Volpato que vários homens fugindo do recrutamento e mesmo desertores juntavam-se aos quilombolas.¹⁰ Em outra parte do Império brasileiro, no Maranhão, a fuga ao chamado “pega” (o recrutamento forçado), ao lado das grandes levas que saíram da província para lutar, deixaram a sociedade sem aquela camada intermediária tão importante na repressão aos quilombolas.

Os onze autores citados no início — mesmo que não tenhamos podido falar mais detidamente de todos eles — tratam, como já dissemos, das questões mais ligadas à vivência dos quilombolas e sua relação com o restante da sociedade.¹¹ O livro, no entanto, é mais amplo, abarcando outros aspectos relativos à história dos quilombos no Brasil, com particular ênfase à história de Palmares.

Ronaldo Vainfas desenvolve a temática das idéias jesuíticas e senhoriais frente à história de Palmares e, portanto, à questão da resistência escrava, tema que lhe é familiar desde sua dissertação de mestrado, editada com o nome de *Ideologia e escravidão*.¹² Silvia Hunold Lara também se preocupa com o posicionamento da elite, porém, mais especificamente, com o processo de criação do cargo de capitão-do-mato; o que a historiadora nos mostra é a mudança dos meios de repressão como resposta à própria capacidade de enfrentamento demonstrada pelos cativos. Richard Price faz uma rápida chamada aos historiadores brasileiros dedicados ao estudo de Palmares para que prestem mais atenção aos trabalhos sobre os saramakas do Suriname, vislumbrando nesta comparação a possibilidade de novas linhas interpretativas. Pedro Paulo Abreu Funari de-

10 Ver Volpato, L. R. R. “Quilombos em Mato Grosso — Resistência negra em área de fronteira”, in *idem*, pp. 213-239.

11 Apesar de não termos podido comentar — por falta de espaço — os ensaios de Eurípedes Funes sobre o Pará, Mary Karasch sobre Goiás e Donald Ramos sobre as Minas Gerais, gostaríamos de registrar que tratam-se de estudos extremamente competentes e interessantes dentro da temática dos quilombos e sua inserção na sociedade. Funes, além de partir da estudo da documentação de época traz também relatos de descendentes de quilombolas, mostrando a situação daqueles que sobreviveram às perseguições; Karasch, mostra as peculiaridades de uma região aurífera, falando inclusive do quilombo do Ambrósio, o maior deles nas Minas Gerais e Goiás; Donald Ramos, analisando os quilombos de Minas presta especial atenção ao papel dúbio da Igreja frente à questão. Funes, “‘Nasci nas matas, nunca tive senhor’ — História e memória dos mocambos do baixo Amazonas”, pp. 467-497; Karasch, Os quilombos do ouro na capitania de Goiás”, pp. 193-212; Ramos, *op cit.*, pp. 164-92.

12 Vainfas, R. *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis, Vozes, 1986.

dica-se a relatar o andamento das pesquisas arqueológicas sobre Palmares que, esperamos, trarão um dia novas informações sobre sua história.¹³

Laura de Mello e Souza, fugindo tanto da temática de Palmares quanto da história da inserção dos quilombos na sociedade, mostra ao leitor o cotidiano daqueles responsáveis por sua extinção. Partindo de um documento sobre uma expedição de caça a quilombos e quilombolas, conta-nos o dia-a-dia desses homens, que, como ela mesmo diz, ficavam assombrados frente à capacidade organizacional dos escravos fugidos.¹⁴ A historiadora relata inclusive que, em meio a toda essa aflição, havia diariamente recitais de música e até mesmo seções de declamação de poesias, introduzindo, segundo ela, “hábitos de polidez e civilização” num mundo de crueldade, rudeza e exploração.

Por fim, não podemos nos esquecer de Luiz Mott que, lançando mão de um tema bastante peculiar, “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato”, desenvolvido numa narrativa extremamente fluente e bem-humorada, agarra a atenção do leitor para os percalços da figura do santo na América portuguesa.¹⁵ Sua fama entre a elite, de recuperar os cativos fugidos, não fazia, no entanto, com que o santinho deixasse de ser uma das principais devoções escravas. Descendentes de quilombolas do baixo Amazonas contam-nos, nas páginas de Eurípedes Funes, que o divino Antônio chegava até a virar de costas para avisá-los sobre o perigo iminente de captura.

Ao cabo das quinhentas páginas, depois de uma longa jornada por várias partes do Brasil, o leitor se sente esperançoso com as possibilidades apresentadas por cuidadosos estudos de História Social. Como já dissemos, a recuperação da importância dos quilombos se dá justamente por meio da percepção de sua relação íntima com a sociedade. Se ainda não se sabe direito como eles se organizavam internamente ou qual era o caráter de suas lideranças, muito já foi feito. Os estudos regionais, alicerçados numa profunda pesquisa documental, abrem as portas para uma compreensão maior das peculiaridades das diferentes regiões do Brasil, bem como possibilitam a percepção das semelhanças de certas experiências e práticas sociais.

13 Ver Vainfas, R. “Deus contra Palmares — Representações senhoriais e idéias jesuíticas”, pp. 60-80; Lara, S. H. “Do singular ao plural — Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”, pp. 81-109; Price, R. “Palmares como poderia ter sido”, pp. 52-59; e Funari, P. P. A. “A arqueologia de Palmares — Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana”, pp. 26-51.

14 Ver Mello e Souza, L. de, “Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas — Mina: Gerais, 1769”, pp. 193-212.

15 Ver Mott, L., pp. 110-38.